



IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO

DOS SANTOS, Gabriele Alves¹; CERQUEIRA, Paula Gabrielly²

RESUMO: O artigo em comento buscou abordar o assunto acerca da importância da língua brasileira de sinais como instrumento de inclusão escolar do aluno surdo. Este artigo tem como objetivos analisar como a língua brasileira de sinais (LIBRAS) é importante para que haja a inclusão do estudante com deficiência auditiva no meio escolar, bem como verificar seus principais precedentes que norteiam tal importância. A metodologia utilizada, tendo em mente que a pesquisa é um processo lógico, sistêmico e que tem o objetivo de propiciar respostas aos problemas propostos, foi a bibliográfica, visto que almejou tratar um tema predominantemente teórico, onde prevalecem estudos de cunho doutrinário e abstrato. Na pesquisa em questão foram consultados vários doutrinadores conceituados nesta área de pesquisa, como RODRIGUES (2011), DOMANOVSKY (2016) e GÓES (2000), onde informaram a importância da utilização da LIBRAS como método inclusivo dos surdos em redes escolares, sejam elas pública ou privadas, e informaram que esta inclusão deve transpassar o âmbito escolar, atingindo o meio social. Conclui-se que, a LIBRAS é um recurso essencial para que haja a inclusão da pessoa que contém deficiência auditiva, visto que ela é considerada como língua nativa destes, devendo então a sociedade em geral de já implantar essa inclusão do surdo no meio social.

Palavras-Chave: Inclusão. Libras. Surdos.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia - Faculdade Única de Ipatinga. Bacharela em Direito - Cristo Faculdade do Piauí. Licenciada em Letras Português - Universidade Federal do Piauí.

² Acadêmica do curso de Pedagogia - Faculdade Única de Ipatinga. Licenciada em História - Universidade Estadual do Piauí.



1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva está se transpondo a cada dia como um desafio para os mais diversos tipos de métodos de ensino na educação brasileira, pois conforme a Constituição Federal de 1988, o direito à educação é de todos e não há qualquer restrição de acesso a tal sistema.

Os surdos têm sua própria língua, identificação e cultura, variando apenas quando se trata do país o qual eles estão. A linguagem é necessária para que haja o desenvolvimento completo de qualquer pessoa, principalmente quando crianças, e é visto como um instrumento de poder, e tal instrumento não pode ser negado a quem nasceu surdo, e por conta disso surgiu a língua de sinais.

A língua de sinais é um instrumento bastante importante para o povo surdo, vez que permite a quem nasceu com esta característica uma maior flexibilidade e facilidade em análises discursivas, bem como fornece ferramentas que ajudam os surdos a construírem sua personalidade perante as imposições sociais.

Deste modo, no Brasil surgiu a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que, como acima explicado, é um método de expressão e comunicação das pessoas surdas no Brasil, e tal sistema gestual integrou nas salas de aulas brasileiras no final da década de 80, onde pessoas que se dedicavam os surdos e buscavam em fontes, na época escassas, um maior conhecimento acerca da língua para educarem de modo adequado (ROSA, 2013).

Deste modo, o artigo em comento buscou analisar a importância da língua brasileira de sinais na inclusão escolar dos surdos. Nesta perspectiva elaboraram-se questões que nortearam este trabalho:

- A língua brasileira de sinais é, de fato, presente na comunidade surda de modo geral?



- A LIBRAS é realmente necessária como método de inclusão escolar do surdo?

Diante deste entendimento e neste mesmo viés, a respeito da LIBRAS, surgiu a Lei nº 10.436/02 onde incluiu a língua de sinais como língua própria dos surdos, e para corroborar tal lei, surgiu no ano de 2005 o Decreto nº 562, o qual trouxe inovações legais acerca da educação da comunidade surda, pois reconheceu os surdos como aqueles que se comunicam com o mundo de modo visual, alicerçando a língua de sinais como nativa dessa comunidade.

Neste contexto, o objetivo principal deste trabalho é verificar a importância do ensino de LIBRAS para a educação dos surdos, para que tanto as pessoas que tem essa característica sejam beneficiadas e sejam garantidos seus direitos, bem como para a comunidade em geral, principalmente para pessoas que fazem parte da educação, para que incluam os surdos no dia a dia educacional.

O texto foi fundamentado nas ideias e conceitos de vários doutrinadores, como: Carvalho (2007), Domanovsky (2016), Fernandes (2009) Moreira (2009), Gesueli (2006), Góes (2000), Goldfeld (2003), Klein (1999), Rodrigues (2005), Rosa (2013) e Vigotsky (1997).

2 DESENVOLVIMENTO

Ao longo dos tempos, os surdos tiveram grande dificuldade para terem sua identidade reconhecida, bem como sua comunidade, linguagem e outras formas de expressão cultural surda, pois em diferentes lugares do mundo eram tratados com indiferença e até mesmo de forma violenta ao longo da história.

Conforme Carvalho (2007) no Egito, os surdos eram vistos como Deuses, como se fossem mediadores entre os Deuses e Faraós, sendo respeitados por todos. O povo Hebreu foram os primeiros a fazerem referências legais acerca dos

surdos. Na China, os surdos já eram lançados no mar, os gauleses os sacrificavam e em Esparta os surdos eram lançados do alto dos rochedos.

Na Grécia os surdos já eram vistos como pessoas incompetentes, onde o povo entedia que eles não eram capazes de raciocinar, visto que não entendiam o que era ensinado, e desta forma eles não recebiam qualquer educação, não tinham direitos e muitas vezes eram condenados à morte. (CARVALHO, 2007)

Os Romanos por sua vez, recebendo influências da Grécia, viam os surdos como seres imperfeitos não tendo qualquer direito. Conforme explica Carvalho (2007), as crianças surdas eram jogadas ao rio Tibre, para serem cuidadas por Ninfas, e a saber, eles eram proibidos de celebrar contratos, elaborar testamentos, e até mesmo de possuir qualquer propriedade.

No ano de 700 d.C., John Beverley ensinou um surdo a se comunicar, entretanto não há registros acerca de tal acontecimento, e por conta disso, ele foi considerado o primeiro educador de surdos. Porém, foi apenas no fim da idade Média, foi que o surdo começou a ser visto como uma característica específica, e foi na Idade Moderna que foi distinguido a surdez da mudez (CARVALHO, 2007).

Deste modo, ainda conforme Carvalho (2007) foi apenas no século XX que os surdos começaram a ter uma educação destinada às suas particularidades, onde o primeiro aparelho auditivo surgiu em 1898. No Brasil de modo específico, em relação à educação, os surdos foram direcionados a órgãos voltados para o atendimento de pessoa com essa peculiaridade, como explica a Lei nº 9.394/96, que conforme Goldfeald (2003, p.94):

[...] o direito a diferença ao pluralismo e a tolerância, e com suas alterações garante as pessoas surdas, em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes públicas e privadas de ensino o uso da Língua Brasileira de Sinais na condição de língua nativa das pessoas surdas.

Deste modo, percebe-se que, com a supracitada lei, a comunidade surda foi vista de modo equânime perante toda a sociedade, garantindo seus direitos, até



então não previstos, como educação básica, que a saber, já estavam legalizados na Carta Magna, mas não de modo especificado.

No ano de 2002, onde de fato foi oficializado a LIBRAS, os surdos começaram a ser reconhecidos como um grupo que utiliza uma linguagem própria e minoritária, qual seja, a língua de sinais, onde devem ser ensinados desde cedo às crianças para que elas possam garantir uma comunicação eficaz com todos ao seu redor. (ROSA, 2013).

Porém, no Brasil o amparo a estes sujeitos foi de modo tardio, visto que muitos surdos brasileiros ainda nos tempos atuais não sabem nada acerca de LIBRAS, e acredita piamente que a língua portuguesa seja a mesma para eles, e ademais, existem adultos que nunca tiveram qualquer ensino acerca das línguas de sinais e que forma submetidos a práticas que tentavam fazer com que os surdos ouvissem, de modo até mesmo cruel, onde todos esses surdos que foram expostos a estas práticas, abandoaram a escola e tornaram-se marginalizados (ROSA, 2013).

Conforme Fernandes e Moreira (2009), os surdos ainda sofrem com as limitações muitas vezes encontradas nas escolas, onde ora é criticado o uso no bilinguismo nas instituições de ensino brasileiras, e ora é defendido, por conta da igualdade.

Outra dificuldade encontrada no Brasil é o tempo que os surdos levam a ter acesso à sua linguagem natural, já que a maioria dos surdos são inicialmente ouvintes, e deste modo, cabe à escola bem como aos pais de maneira inicial o ensino da língua de sinais.

Ademais, no cenário brasileiro quando se trata da educação dos surdos nas escolas, são encontradas diversas vertentes, como por exemplo, a inclusão de um aluno bilíngue em uma sala que é monolíngue, que de certa forma, o deixa mais próximo da língua portuguesa e sapiência acerca da comunicação, mas o distancia da interação social.

Assim, com tais dificuldades encontradas no ensino brasileiro, pode-se citar como causa desses empecilhos, a pouca opção de educadores bilíngues, os doutos



Fernandes e Moreira (2009, p. 227) afirmam que: “São bilíngues por contingência e não por opção”, assim, as pessoas que tem esta característica devem ser vistas não como quem escolheu ser assim, mas quem nasceu, e desta forma merecem total respeito e dignidade.

Deste modo percebe-se que no Brasil ainda é um entrave muito grande a falta de infraestrutura para que se tenha uma educação para os surdos de qualidade, e para reduzir este problema, basta que exista a imersão na língua portuguesa oral em busca de assimilar a língua gestual, ou até mesmo a separação das línguas, onde deve ser ensinado apenas a língua nativa dos surdos sem dar importância a dominante.

Outro ponto que é um problema em relação a inclusão dos surdos nas escolas brasileiras diz respeito as diversas ideologias contidas nas instituições de ensino, que conforme Rosa (2013, p. 21):

Outra problemática encontrada na educação de surdos brasileira são as diferentes ideologias escolares: escola regular, escola especial e escola inclusiva. A primeira tem na língua portuguesa a única forma de interação e instrução. As escolas especiais adotam o português como língua principal, apesar da língua de sinais ser utilizada, a falta de conhecimento e limitação por parte do professor tornam a escola fraca do ponto de vista bilíngue. E as escolas inclusivas onde os modelos dos alunos surdos são professores e intérpretes sem qualificação profissional, fazendo do processo educativo algo sem credibilidade. Esses três tipos de escola que temos acabam por fortalecer a crença de que a língua de sinais é desqualificada e primitiva, fazendo com que a língua de sinais seja vista como inferior à língua dominante, gerando no surdo a incapacidade de se identificar como um grupo com cultura e identidade própria.

Desta forma, pode-se perceber que existem diversos tipos de escolas com noções de ensino diferentes e isso de certa forma, prejudica os surdos em seu aprendizado. Outrossim, os surdos ainda são vistos como um problema na escola, pois em muitas instituições não existem pessoas qualificadas para ensinarem os mesmos.

Por conta disso, defende-se que no Brasil devem ter programas bilíngues que favoreçam tanto as pessoas surdas quanto pessoas que não tem essa



peculiaridade, justamente para colaborar com as características linguísticas e socioculturais, para que sejam cada vez mais reconhecidas e valorizadas

A importância da linguagem para o desenvolvimento de qualquer ser humano é essencial, pois este processo é importante para a desenvoltura do intelecto da criança desde o nascimento.

Vigotsky (1997), que é adepto à teoria sócio interacionista, afirma que o ser humano já nasce em determinado meio social, que é sua família, e nela é onde confirmam suas primeiras relações interacionais, onde tal relação é mais importante para o real desenvolvimento da criança, pois o processo de formação do pensamento é aguçado pela vida social e pela constante comunicação que ocorre entre os adultos e as crianças nos primeiros anos de vida.

Desta forma, a língua de sinais é essencial no processo de linguagem para pessoas surdas, bem como para aprender a interagir com surdo, e para compreender o que eles falam, deste modo a linguagem é vista como o principal meio para que haja o desenvolvimento cognitivo.

Para corroborar o que acima foi dito, pode ser verificado nas palavras de Goés (2000, p.4): “a construção da identidade só poderá ser examinada considerando-se a dinâmica de significados e sentidos produzidos e interpretados no jogo interativo do sujeito com outro”.

Conforme Rosa (2013), o ensino da língua de sinais é essencial para que eles acessem de fato a língua por meio dessa linguagem, fazendo assim com que eles criem e formulem ideias e pensamentos, bem como interagir por meio da relação sociocultural e se desenvolverem, evitando assim a exclusão dos surdos.

Isto posto, verifica-se que a educação bilíngue, parte do ideal de que a língua de sinais tem que ser ensinada como a primeira língua para os surdos, pois de fato é sua língua natural, e qualquer criança que nasça com esta condição deve aprender sua língua nativa, a língua de sinais, mas tal língua não é espontânea, devendo assim ser ensinada.



Pode-se perceber o que foi falado alhures, ratificado pelas palavras de Gesueli (2006, p.9): “Garantir o uso da língua de sinais no contexto escolar parece primordial para que haja reconhecimento da surdez, pois é por intermédio da linguagem que significamos o mundo e conseqüentemente nos significamos”.

Como já supracitado a LIBRAS é considerada como a linguagem nativa das pessoas que nascem cm deficiência auditiva, sendo, portanto, o meio de comunicação que estes utilizam para expressarem suas vontades com as outras pessoas que não possuem tal características.

Assim, pelo fato de as pessoas surdas saberem se comunicar de modo claro através da LIBRAS, nota-se que é de suma importância que as escolas brasileiras incluam em suas grades escolares, ou até mesmo como uma exigência do professor na hora de contratar, que este tenha especialização nesta área.

Assim, Domanovsky (2016) afirma que para que o educando aprenda a comunicar-se de modo claro, sempre aprimorando seu conhecimento, este deve de fato, praticar LIBRAS de maneira correta, visto que ela é essencial para a inclusão do aluno com deficiência auditiva.

Assim, para que essa inclusão se concretize é necessário que haja conhecimento e habilidade em LIBRAS, bem como exercícios pedagógicos adequados aos surdos e intérpretes, fazendo assim, com que haja a inserção de políticas públicas na comunidade, com cada pessoa fazendo aquilo que lhe cabe, de modo legal e é ético, para que a educação inclusiva aconteça. (DOMANOVSKY, 2016).

Conforme explica Klein (1999) a concepção de inclusão, passou a ser considerada não apenas de maneira escolar, mas de maneira social, e deste modo verificou-se que se deve ter a língua brasileira de sinais como uma língua de instrução e nativa, e a outra apenas na modalidade escrita, como segunda língua.

Desta feita, para Góes (2000), por conta de tal deficiência auditiva presente nessas pessoas, os sujeitos surdos encontram dificuldades e limitações para entrar em contato com a língua padrão de qualquer grupo social o qual ele



quiser inserir-se, e para coibir esta limitação Rodrigues (2011) explica que a inclusão deve ser entendida com um processo da escola e da comunidade através do qual o surdo encontra formas para comunicar-se de modo mais fácil com pessoas que não tenham esta condição.

Portanto, a língua de sinais tem que estar presente no meio escolar em todas as disciplinas, com o escopo de promover e propiciar tanto a professores quanto aos alunos o conhecimento da língua, para que assim o aluno surdo de socialize no meio onde se encontra, havendo assim, de fato, a inclusão total.

3 CONCLUSÃO

Diante do exposto concluiu-se que a LIBRAS é um recurso essencial para que haja a inclusão da pessoa que contém deficiência auditiva, visto que a língua de sinais é considerada como nativa dos surdos, devendo então a sociedade em geral de já implantar a inclusão dessas pessoas que tem essa condição, na sociedade.

No mesmo viés, durante todo o trabalho notou-se que a inclusão escolar do surdo depende bastante de investimentos em políticas públicas por parte do poder público, no sentido de investir na especialização de professores e funcionários das escolas na língua brasileiras de sinais, bem como dos entes privados e os próprios alunos, para que assim possa haver a inserção real dos surdos.

Verificou-se também que os resultados encontrados nesta pesquisa foram satisfatórios, tendo em vista que teve como fundamento principal o entendimento de que o trabalho com a pessoa surda deve ser feito através do ensino de LIBRAS, visto que a partir daí todas as outras atividades que podem ser realizadas, tornar-se-ão mais fáceis.



Percebeu-se que devem ser seguidos critérios de ensino pelos professores, sempre baseado na língua de sinais, para que sejam respeitados os direitos da comunidade surda, destacando a LIBRAS como a língua nativas dos surdos, para que se possa realmente incluí-los em todo contexto escolar, sempre analisando suas necessidades e peculiaridades.

Assim, com a pesquisa, pode-se analisar a importância da língua de sinais para que o surdo seja incluído na comunidade em geral, principalmente a escolar, pois somente com o domínio de sua língua materna, este pode sentir-se como parte de qualquer grupo, sempre participando de modo ativo de qualquer atividade proposta.

Caso isso não ocorra, a interação ou inclusão do surdo vai apenas limitar-se à comunicação com o intérprete, e este muitas vezes nem mesmo está presente em todos os momentos, sendo importante, portanto, que todas as crianças aprendam essa língua de sinais para que as pessoas com esta condição sejam de fato incluídas.

Por fim, durante todo o trabalho, analisou-se que, para que esta inclusão de fato ocorra é necessário que o surdo tenha o conhecimento e habilidade em LIBRAS, bem como todas as pessoas que com ele se comuniquem, sendo necessário que todas as escolas invistam em profissionais com esta especialização, bem como ofereçam esta disciplina em sua grade escolar, para que haja de fato a inclusão do surdo no meio escolar.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Paulo Vaz de. **Breve História dos Surdos no Mundo**. SurdUniverso, 2007.

DOMANOVSKY, Marilene; VASSÃO, Adriane Meyer. **A importância das libras para a inclusão escolar do surdo**. Paraná, 2016.



FERNANDES, Sueli, MOREIRA, Laura Ceretta. Desdobramento político-pedagógico do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. **Revista Educação Especial**, 2009.

GESUELI, Zilda Maria. Língua(gem) e identidade: **A surdez em questão**. Campinas, vol. 27, 2006.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. *Surdez - Processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Lovise, 2000.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda. Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sociointeracionista**. São Paulo: p/exus, 2003.

KLEIN, Madalena. A educação que nós surdos queremos! Documento elaborado pela comunidade surda a partir do Pré-Congresso ao V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos. **Revista Feneis**. Porto Alegre, 1999.

RODRIGUES, Carlos Henrique. Da margem ao centro: preparando um novo campo de debate e reflexão. **Revista da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos**. Rio de Janeiro, 2011.

ROSA, Danielle Gomes da. *Educação e Surdez- Em defesa da língua de sinais para a inclusão social dos surdos*. UNIRIO, Rio de Janeiro, 2013.

VIGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas. Fundamentos da defectologia**. Madrid: Visor, 1997.